

PSICANÁLISE E UMBANDA: A DEMONIZAÇÃO DO EXU COMO INTERDIÇÃO SIMBÓLICA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Sidney Oliveira*

RESUMO: Parte-se neste trabalho de uma reflexão inspirada na vocação social da psicanálise e sua particular investigação e teorização da cultura para, posteriormente, elucidar alguns aspectos da intolerância religiosa por meio da interdição simbólica e imaginária e da destituição política e cultural. O contexto em que se incide esse processo e que será tomado como continente de análise é de uma religião tipicamente brasileira: a Umbanda e, dentro dela, optou-se por investigar uma entidade muito conhecida e, sem dúvida, um das mais polêmicas: o Exu. Parte-se da premissa que o processo de demonização do Exu cumpre especialmente uma função de opressão e desmonte do universo representacional simbólico e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise, Umbanda, Intolerância Religiosa, Direitos Humanos, Universo Simbólico.

PSYCHOANALYSIS AND UMBANDA: THE DEMONIZATION OF THE EXU WITH PRECLUSION SYMBOLIC AND RELIGIOUS INTOLERANCE

ABSTRACT: Part of this work is a reflection inspired by the vocation of psychoanalysis and social research and theorizing their particular culture and, later, to elucidate some aspects of religious intolerance by banning the symbolic and imaginary political and cultural destitution. The context in which it addresses this process and will be taken as a continent of analysis is a typical Brazilian religion, Umbanda, and within it, we decided to investigate an entity well known and certainly one of the most controversial: the Exu. It starts with the premise that the process of demonization of Exu fulfills a particular function of oppression and the dismantling of the representational symbolic and cultural universe.

KEYWORDS: Psychoanalysis, Umbanda, Religious Intolerance, Human Rights, Symbolic Universe.

Introdução: A psicanálise como instrumento

Há na psicanálise contemporânea ainda certa resistência com determinados temas e contextos. Tranca-se a psicanálise nos muros imediatistas do consultório e a prática dirigida a poucos. Existe entre alguns psicanalistas e, infelizmente, entre algumas instituições de Psicanálise uma posição ideológica e política que se mostra

* Pós-doutor em Economia da Educação (FE – USP), Doutor em Psicologia Social (IP – USP), Mestre em Comunicação Social (UMESP), Pedagogia (UNISANTOS), Psicologia (UNISANTOS), Professor Associado da UFPR. sidney@ufpr.br

conservadora, reducionista e elitista e que se recusa a mudar e engessa sua visão (OLIVEIRA, 2009).

Sustenta-se uma linguagem paroquial, pratica-se uma psicanálise voltada às classes dominantes e a uma realidade cada vez menos factível, como destacou André Green (1999, p.235):

[...] Os analistas atuais não sabem mais o que é pulsão e seria preciso que a leitura dos jornais lhes revelasse isso, ‘agora a pulsão está no social’ é ali que a vemos se exercer de maneira manifesta. Nos pacientes de divã ela está mais camuflada, mais diluída, enquanto que abrindo os olhos diante do mundo e escutando o discurso social, o lugar da pulsão é reconhecível a cada instante.

Além de escolher seu público, essa leitura da psicanálise também escolhe as angústias e privilegia as estratégias de enfrentamento que julga ser mais convenientes. Rompe-se aqui com uma ética *paroquial*, onde se instituía uma psicanálise voltada às classes dominantes e a uma realidade cada vez menos factível.

Esta leitura da psicanálise entende-se que é o melhor instrumento para a investigação a ser feita. Optou-se por uma psicanálise que dê conta do campo social, distanciando-se da leitura ideológica e conservadora (GREEN, 2009).

Mais do que isso por meio da análise psicanalítica da cultura, possibilita-se penetrar no universo simbólico e imaginário e aí perceber as nuances da intolerância religiosa e, principalmente, da interdição simbólica de um grupo, no caso que se pretende estudar: a Umbanda.

Uma das inúmeras possibilidades de ligar a subjetividade e a cultura são os símbolos que, compartilhados, podem congregam, gerando pertencimento ou quando não compartilhados podem opor, gerando não pertencimento, estranhamento ou oposição. Esse processo é diferente da intolerância e do preconceito nos quais ocorre a interdição simbólica.

A construção mediada da subjetividade enlaçada por ideais coletivos privilegiados permitirá as instituições, aos grupos e as organizações reforçarem as resoluções e as internalizações convenientes ou, de algum modo, pouco relevantes aos modelos hegemônicos. Esse processo se dá de dois modos: manifesto ou latente. O primeiro caso é exemplificado pelas instituições ou grupos religiosos que distorcem ou deturpam o universo simbólico do outro. O segundo caso é exemplificado pela

reprodução desse processo sem uma reflexão crítica ou até mesmo de modo inconsciente.

De modo geral, a premissa que trabalha-se aqui é de que a desconstrução, desqualificação ou distorção do universo simbólico do outro são formas de dominação e opressão. Um dos exemplos mais atuais se dá no desmonte do sagrado – pela distorção do significado original atribuído pelo grupo a que ele se vincula – pela mentira, pelo constrangimento ou coação ou ainda pela ridicularização, como se verifica na destruição de imagens, na invasão dos terreiros, nas denúncias infundadas ou nas diversas formas, veladas ou não, de preconceito verbal ou gestual contra tudo que identifique o que se quer interditar (*ver também*: OLIVEIRA, 2009).

Os processos de repressão e, principalmente de recalque, ocorreram inicialmente de fora para dentro, mas com o passar dos anos, os processos de aculturação, resistência ou da própria diversidade da Umbanda notou-se movimentos no sentido contrário, ou seja, adoção de concepções muito próximas aos opressores pelas comunidades umbandistas.

A Umbanda surgiu no começo do século XX em um período que o Brasil busca freneticamente um espaço maior no cenário cultural mundial. A identidade nacional ganhava destaque e amplitude. O auge desse movimento foi à semana de arte moderna em 1922. As revoluções políticas, estéticas e éticas do começo século XX permitiram o fortalecimento da cultura nacional em toda sua diversidade, incluindo toda diversidade de influências formadoras da brasilidade. Reconhecer e valorizar a importância das culturas africanas e indígenas foi o grande desafio desse movimento. Os anos posteriores e os problemas de intolerância e preconceito que ainda ocorrem em pleno século XXI, evidenciam que os avanços foram tímidos e parciais.

A influência desse processo esteve muito longe de ser hegemônica ou mesmo largamente influente em um país-continente como o Brasil. No entanto, não se pode atribuir somente à extensão territorial o escopo de influência da valorização de um simbólico nacional. Acrescentam-se aí as características peculiares da formação da nação brasileira e das estratégias de dominação e opressão do colonialismo europeu.

No caso do arcabouço simbólico da Umbanda, a resistência, dos grupos e pessoas conservadoras sempre foi significativa, por isso que ainda se registram ações policiais, morais, religiosas, culturais ou políticas que visam deter, reverter ou limitar o

simbólico e o imaginário umbandista mesmo quando existem períodos ufanistas e de exaltação da nacionalidade e da identidade brasileira.

A demonização se insere nesses esforços, pois é uma prática política e cultural que no Brasil constituiu-se em um processo recorrente de destituição e/ou distorção do universo simbólico, imaginário, cultural e discursivo de negros e índios e de grupos não-hegemônicos na sociedade, pois esse desmonte é mais vantajoso, ao opressor, que a tentativa de extinguir ou de anular o oprimido (OLIVEIRA, 2009).

Há que se lembrar que desde a idade média escolheu-se o Diabo como significante do mal e o signo que possibilitaria a interdição a partir do universo cultural e religioso. No universo simbólico, imaginário e cultural dos negros e dos índios não havia uma entidade que representasse o mal em sua totalidade. Essa aculturação só foi possível pelas adaptações e distorções ocorridas no arcabouço original (FERRO, 1996).

Os diversos colonizadores que tomaram tanto a África quanto a América tiveram suas especificidades e estabeleceram perspectivas semelhantes e diferentes em diversos aspectos. Mas as diferentes formas de opressão dos colonizados tiveram em comum os violentos processos de influência ou domínio político, econômico e simbólico (OLIVEIRA, 2009).

Um dos braços mais fortes de apoio desse processo foi a Igreja que ainda confundia-se com o Estado ou nele exercia considerável influência. A conversão dos “sem alma” ou “infiéis” visava não só impor novo universo simbólico, mas desmontar, desvalorizar ou descaracterizar o antigo.

Além do enfrentamento político, uma outra forma de resistência que surgiu foram as estratégias de metáforização ou de disfarce do simbólico caracterizado sobretudo nos processos de misturas, sínteses e recriações culturais e religiosas. O que se notou é que este caleidoscópio cultural mixou as simbologias de opressor e de oprimido e possibilitou de modo parcial e reduzido a manutenção de um continente simbólico aos oprimidos.

Interessante notar que esse processo modificou a ambos, guardadas as devidas proporções de proximidade ao poder e a cultura dominante. É aí que entra a contra-resistência articulada pela elite dominante da sociedade opressora e das religiões por ela privilegiadas ou toleradas, pois era estratégico e fundamental eleger um signo que pudesse ser manipulado e utilizado como foco da demonização. Os movimentos

conservadores e neoconservadores estabeleceram o universo simbólico que seria alvo de sua estratégia.

A interdição do simbólico umbandista: o caso dos Exus

É na entidade Exu que são reunidos os aspectos mais contraditórios e decisivos da ação nefasta da intolerância religiosa nas estratégias atuais do neoconservadorismo e, são eles, que permitem também compreender a complexidade e o dinamismo do universo simbólico, imaginário e cultural da Umbanda.

Em uma mixagem da ancestralidade mítica africana com a indígena e com diversas outras, o Exu tornou-se simulacro da representação de diversas estratégias de regulação do simbólico. Evidentemente que essa apropriação se fazia de modo sectário visando consciente ou inconscientemente o desmonte e a interdição desse universo simbólico e de seu espectro imaginário.

O estranhamento da figura e do papel do Exu e sua proximidade com a vida humana, especialmente a sexualidade e o poder, o tornou um dos focos principais dessa opressão. A diversidade e a complexidade do Exu, embora fosse sua riqueza era também o que proporcionou a sua demonização.

De um modo geral, os Exus são considerados entidades que compõem uma linha de força que trabalha junto às energias mais pesadas do mundo espiritual. Evidentemente, não se tomará as definições do Candomblé, e, mesmo dentro da Umbanda, optou-se, por uma de suas mais consagradas versões.

Colocado na ordem do dia pelo pensamento religioso dominante descendente (católico) ou pelo semi-dominante ascendente (pentecostal, e, sobretudo neo-pentecostal) a demonização dos Exus e de outras entidades da Umbanda é muito mais antiga do que se mostra.

Particularmente com os Exus, essa opressão pretendia oferecer uma alternativa ilusória ao mal-estar hegemônico privilegiando a moralidade erguida na repressão sexual e na desconstrução da participação política. Impedia-se, a partir daí, a palavra ao outro. Com esse processo se interditava a sua autonomia simbólica e representacional.

Esse processo de opressão por meio da interdição simbólica provocou o desmonte parcial da significação mítica e cultural original dos Exus. A partir daí, percebeu-se a efetivação de dois processos antagônicos concorrerem: a riqueza simbólica, imaginária e cultural e a fragmentação e o isolamento.

Dentro desse universo conservador, que nunca foi homogêneo, existiam também aquelas pessoas ou grupos que reforçavam as distorções e interdições mais diretas e menos elaboradas nas entidades mais polêmicas da Umbanda e que já traziam resquícios de aculturações ou resistências anteriores, ou seja: os Exus. Em outras palavras, acabaram se beneficiando desse caleidoscópio cultural e religioso que muitos praticantes ainda conservam em relação as principais entidades da umbanda, de seus ritos e práticas.

A mesma interpretação dada aos Exus se repete e até se amplia consideravelmente com as Pombas Giras, pois incorpora o machismo e toda opressão feminina. A Pomba Gira é caracterizada nas representações escritas ou nas imagens por mulheres perigosas, demoníacas ou por prostitutas. De modo latente ou manifesto encarnam uma sexualidade proibida (desejada e temida).

Nas Pombas Giras ou também chamadas de “Exus femininos”, se torna ainda mais evidente a repressão de uma sexualidade interdita. Contaminada de machismo e opressão tem o medo e o desejo colocados em uma oposição ainda maior trazendo aspectos ainda mais significativos ao processo de demonização como a prostituição e os mais diversos vícios.

De um modo geral, Mantovani (2006), Mantovani & Bairrão (2005), Oro (1996), Nogueira & Oliveira (2006), Guimarães (2006) Ferro (1996), Massimi (2005) e Oliveira (2009) parecem convergir para a premissa de que os processos de demonização do Exu acompanham a colonização da África e da América, e, evidentemente, incluiu a opressão de seu universo simbólico e cultural. No Brasil, esse processo ganhou novas formatações, mas manteve como foco principal: desmontar ou interditar parcialmente o eixo simbólico-cultural negro, índio, mestiço e, posteriormente, imigrante.

A chamada “moral conservadora” vai além do campo religioso. Em pleno século XXI, no Brasil, apesar de alguns avanços legais e constitucionais, ainda se atribui à mulher um papel secundário na sociedade e no controle de seu corpo e de seus desejos. Recusa-se a entendê-la como o homem e aposta em políticas sexistas.

A história do Brasil registra em períodos de valorização dos temas nacionais ou de afirmação da identidade nacional certa tolerância com a Umbanda, principalmente pelo Estado. Mesmo nesses períodos havia uma clara desvalorização de seu status e na sociedade as famílias mais influentes e a Igreja Católica sempre ofereceram grande

resistência. Mais recentemente essa intolerância radicalizou-se em algumas Igrejas neo-pentecostais¹.

O ataque dessas religiões aos Exus traz essa preocupação política e sexual com o status-quo dominante. Tomado a partir desses discursos a mulher é entendida como um ser semi-autônomo que não é capaz nem mesmo de controlar seus desejos.

No entanto essa demonização foi incorporada ao universo simbólico imaginário brasileiro promovendo posições de estranheza, destituição e perseguição. Os terreiros de Umbanda têm colocado na ordem de discussão o papel reservado ao Exu.

Ainda prevalece em muitos umbandistas ou freqüentadores de terreiros alguns resquícios da demonização dos Exus, pois muitos ainda atribuem papéis contraditórios para essa entidade, pois é muito recente a desconstrução das distorções em relação aos Exus.

Essa contradição, como explicado, brevemente, em tópico anterior, deve-se pela Umbanda ser uma religião recente e em formação, sem falar em sua diversidade, pois não há uma codificação uniforme e normatizadora. Convivem dentro da mesma religião diferentes concepções sobre a mesma entidade.

Entretanto, não pode ser tomado como coincidência o fato de que essa contradição faz eco para as distorções que reproduzem a demonização, ou seja, há entre um considerável número de Umbandistas a crença de que o Exu pode, circunstancialmente, fazer o mal ou ser levado a fazê-lo.

Não é raro perceber as tais contradições nas incorporações, falas e gestuais, lembrando ou associando a figuras demoníacas ou semi-humanas. Não são raros também pontos cantados e histórias que reforcem essa perspectiva.

Também não são raras as afirmações que afirmam caber ao livre-arbítrio da pessoa a escolha do papel a ser desempenhado por Exu. Essa definição resgata o papel do Exu como mensageiro que carrega somente o que lhe foi pedido. Herdeira de uma visão mais mística ou mitológica essa visão é ainda aceita por muitos praticantes, o que de certo modo dá voz, embora parcial, ao antigo opressor.

¹ Para aprofundar esta perspectiva, ver especialmente: ORO, Ivo Pedro. Componentes Estruturais Básicos in **O Outro é o Demônio** – uma análise sociológica do fundamentalismo. São Paulo: Paulus, 1996; OPOKU, Kofi Asare. A religião na África durante a época colonial. In **História Geral da África Vol. VII – África sob o domínio colonial, 1880-1935**. São Paulo: Ed. Ática, 1991, (p. 519-547); FERRO, Marc - **História das Colonizações**. Companhia das Letras, São Paulo. (1996) e MASSIMI, M. **Palavras, almas, corpos no período colonial**. São Paulo: Ed. Loyola. (2005).

Recentemente, houve rupturas com essa leitura dos Exus, recuando categoricamente associar Exu ao mal ou a serviço do mal. Esse reenquadramento da representação simbólica, imaginária e religiosa dos Exus encontra-se, por exemplo, na chamada “Umbanda pés no chão”, termo criado pelo Pai de Santo Fernando Guimarães do Terreiro Pai Maneco (com sedes em Curitiba-PR e Florianópolis - SC) para referir-se a Umbanda sem mistérios e ecologicamente constituída.

No entanto, o enfrentamento do universo simbólico-imaginário e religioso Umbandista por muitas igrejas neo-pentecostais em suas famosas “cruzadas da fé” tem estimulado enfrentamentos tanto ao patrimônio material quanto imaterial da Umbanda (ORO, 1996 e OLIVEIRA 2009). Nos últimos anos, registraram-se diversas ocorrências de invasão e violência contra os terreiros de Umbanda².

Provavelmente todo esse arcabouço representacional ainda seja necessário. Talvez as antigas imagens ainda sejam necessárias. Mas, aos poucos, os Exus e suas representações vão sendo modificadas e já não se admite papéis dúbios ou nefastos aos Exus. A compreensão de seu papel importante e de sua vocação vai lentamente sendo reconstituída dentro dos princípios fundamentais da religião.

Os conflitos religiosos se acentuaram no Brasil nos últimos trinta anos e passaram a ter novas características com o aumento do poder político-econômico e, conseqüentemente midiático anexou o universo simbólico-religioso pentecostal e, sobretudo, neo-pentecostal ao tradicional arcabouço católico, até então hegemônico e responsável pela resistência a cultura e religiões afro-brasileiras e brasileiras (NOGUEIRA & OLIVEIRA, 2006).

As ofensas aos Exus, aos Orixás, aos Pretos Velhos e aos Caboclos, para citar as representações mais visadas, objetivavam interditar simbólica e imaginariamente os ritos, preceitos e a cosmologia das religiões afro-brasileiras (por exemplo: o Candomblé) e Brasileiras (no caso, a umbanda). Infelizmente, não foram poucos os casos de repressão violenta a esse universo simbólico ou aos seus praticantes.

² Registros disponíveis em:

<http://flitparalisante.wordpress.com/2010/07/14/policiais-militares-de-santa-catarina-invadem-templo-umbandista-e-acabam-com-culto/>;
<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/06/20/presos-dois-homens-acusados-de-intolerancia-religiosa-756434888.asp>;
http://www.tribuna-al.com.br/read_news.asp?id=4302
<http://novaconsciencia.multiply.com/journal/item/238/238>;
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u89352.shtml>;
<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2955669.xml&template=4187.dwt&edition=15003§ion=2019>

Conclusão

A Umbanda rompeu com o paradigma católico conservador, ainda influente e com os paradigmas pentecostais e, sobretudo, neo-pentecostais, ao se recusar a separar corpo e alma no campo religioso. Ao postular um humano em sua totalidade a Umbanda deu voz ao corpo, a sexualidade e a vida como possíveis de terem uma escuta também no campo religioso.

A Umbanda não está imune as questões levantadas por Freud no que se refere à relação da religião com a sexualidade. Entretanto, a Umbanda parece levar novos componentes para esse debate, desmontando estratégias conservadores do controle do desejo, ao propor uma auto-gestão responsável dos desejos.

De todo modo, o processo opressor de demonização da umbanda e de suas entidades, especialmente os Exus, pretendeu destituir a utopia libertária dos povos formadores da brasilidade, seja no campo político, seja no campo econômico, cultural ou religioso. Infelizmente, essa perspectiva ainda encontra eco na sociedade atual.

O século XXI ainda assiste as formas mais clássicas da interdição simbólica do outro, basta recordar os incidentes ocorridos nas grandes capitais como o Rio e São Paulo que procuravam agredir ou constranger os freqüentadores dos terreiros e destruir as imagens e objetos utilizados nas giras.

Não se precisa ir longe para ver as manchetes com manifestações ou demonstrações de intolerância religiosa que revelam um temor com o desmonte dessa posição sexista e libertária e com a provável ruptura com o poder político e econômico com as religiões repressoras da autodeterminação da palavra e do desejo.

Apesar de toda diversidade da Umbanda, atualmente os Exus são entendidos como entidades importantes que cuidam da defesa e segurança do terreiro e de seus freqüentadores, do encaminhamento espiritual, do enfrentamento do mal e suporte espiritual para a busca da verdade e da realização pessoal e profissional.

Além disso, determinadas leituras mais atuais, como por exemplo, a chamada “Umbanda Pés no Chão”³, praticada no Terreiro Pai Maneco, em Curitiba (PR) e em Florianópolis (SC), se reafirma cada vez mais enfaticamente o caráter libertário e

³ Disponível em: “Umbanda pés no Chão” in www.paimaneco.org.br.

importante dos Exus, instituindo um papel de reflexão crítica para essa entidade (Oliveira, 2009).

Um ditado de fundo psicanalítico ronda alguns terreiros: *pense bem no que pedir para um Exu*. Longe de ameaçador tal ditado pode ser dito em outras palavras: *você quer o que você deseja?*

Provavelmente, ainda leve um tempo para que as imagens, caracterizações, músicas e compreensões do Exu acompanhem essa mudança, mas é irreversível dentro do caminho percorrido pela Umbanda em defesa da vida e do planeta e sua luta por uma sociedade emancipadora, justa e fraterna. Ao Exu está reservado um papel importante nesse processo.

Referências

- AMATUZI, Mauro [org.]. **Psicologia e Espiritualidade**. Paulus: S. Paulo, 2005.
- BIRMAN, Joel **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Jurandir. **Psicanálise e Contexto Cultural**. Campus: R. Janeiro, 1990.
- GREEN, Andre. Um Psicanalista Engajado. Casa do Psicólogo: S. Paulo, 1999.
- MANTOVANI, Alexandre & BAIIRÃO, JOSE F.. M.. Psicanálise e Religião: Pensando os estudos afro-brasileiros com Ernesto La Porta. **Memoradun** 9, 42-56. www.fafich.ufmg.br, 2005.
- NOGUEIRA, Leo & OLIVEIRA, Wellington. **A construção do mito diabólico de Exu: Dos primeiros contatos na África ao discurso inquisitorial da IURD**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás: trabalho de conclusão do curso de Formação Docente em História e Cultura Africanas e Afro-Americanas. Goiânia, 2006.
- OLIVEIRA, Sidney. **A demonização neo-conservadora do Exu e sua utopia libertária: reflexões psicanalíticas**, comunicação oral apresentada no VII Congresso Nacional de Filosofia Contemporânea e III Congresso internacional de Filosofia da Psicanálise, PUCPR, Curitiba, 2009.
- OPOKU, Kofi Asare. A religião na África durante a época colonial. In **História Geral da África Vol. VII – África sob o domínio colonial, 1880-1935**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- ORO, Ivo Pedro. **O Outro é o Demônio – uma análise sociológica do fundamentalismo**. São Paulo: Paulus, 1996.

FERRO, Marc - **História das Colonizações**. Companhia das letras, São Paulo, 1996.

FREUD, Sigmund (1976). El Malestar em la Cultura. In: **Obras Completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1929.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Indignação**. S. Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. S. Paulo: Paz e Terra, 1980.

GUIMARÃES, Fernando. **Grifos do Passado**. Curitiba, 2006.

JARES, Xesus. **Educação para a Paz**. Artmed: Porto Alegre, 2003.

MASSIMI, M. **Palavras, almas, corpos no período colonial**. São Paulo: Ed. Loyola. 2005.

MANTOVANI, Alexandre. **A construção social da cura nos cultos umbandistas: estudo de caso em um terreiro de Umbanda da cidade de Ribeirão Preto-SP**, 2006.

ZIMERMAN, David. **Manual da Técnica Psicanalítica**. Artmed: Porto Alegre, 2004.

Recebido em: 22/07/10

Aprovado em 16/09/10